

# Nascer, migrar e enraizar

## as origens sociais e ocupações dos Familiares do Santo Ofício da Freguesia de Guarapiranga – Minas Gerais (1720-1770)

LUIZ FERNANDO R. LOPES<sup>1</sup>

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, na capitania de Minas Gerais, era, no século XVIII, um lugar bastante conveniente para se firmar diferenças e externalizar hierarquias. Vimos que homens potencialmente distintos da localidade - portugueses, brancos e minimamente abastados - buscaram, dentre outros meios, a habilitação de Familiar do Santo Ofício para afiançarem posição prestigiosa. Consideramos a familiatura como uma estratégia de mobilidade social, servindo como passo importante na escalada hierárquica, onde unir pureza de sangue e riqueza material era o caminho para adentrar no seio das elites locais. O dito cargo serviu então como apanágio de um setor ascendente.

**Palavras-chave:** Familiares do Santo Ofício – Distinção Social – Elites locais – Agentes Inquisitoriais

***Being born, migrating and rooting: the social origins and occupations of 'Familiares do Santo Ofício' from the parish of Guarapiranga - Minas Gerais (1720-1770)***

The parish of Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, in the capitania de Minas Gerais, was a very convenient place to steady differences and outsource hierarchies, and we saw that the potentially fine men of the locality - Portuguese, and minimally wealthy whites - sought, among other means, the qualification as "Familiares do Santo Ofício" to have a prestigious position guaranteed. We consider the qualification a strategy for social mobility, which served them as an important step in the hierarchy climb-up, where uniting purity of blood and material wealth was the way to penetrate the core of the local elites. The post of "Familiar do Santo Ofício" served, therefore, as an attribute for ascending.

**Keywords:** Familiares do Santo Ofício – Social Distinction – Local Elites – Tribunal da Inquisitorial Agents

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada Vigilância, distinção & honra: os familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga – Minas Gerais (1753-1801), defendida em setembro de 2012.

*Dizem todos que a saudade nasceu lá em Portugal  
Eis por que tal gente há de sofrer sempre deste mal  
Mas eu creio com firmeza nesta expressão verdadeira:  
Se saudade é portuguesa, a esperança é brasileira*

Verso do poema “Saudade, Esperança”, escrito pelo poeta português Luís Iglesias.

**V**iajar, lançar-se ao mar e tentar a sorte em terras longínquas foi uma constante da Era Moderna. O papel desempenhado por Portugal desde o tempo das grandes navegações forjou no espírito lusitano o mito da saudade e da esperança, seja de retorno à terra natal, seja de tempos vindouros nas paragens do além-mar. Como descrito no verso acima citado, se a saudade é um mal comum na vida de sua gente, a esperança é o sentimento original das terras brasileiras. Certamente, era esta última que instigara diversos homens que aqui chegavam. Os personagens que investigamos neste trabalho representam plenamente as trajetórias de muitos conterrâneos lusos que durante todo o século XVIII deixaram suas terras para trás em busca de uma nova vida nos sertões das Gerais.

Durante o setecentos, a sociedade portuguesa esteve profundamente marcada pela mobilidade espacial, seja esta mobilidade configurada por movimentações internas em Portugal, seja na forma de emigração, na qual o Brasil – mais especificamente, as Minas Gerais – era receptor privilegiado destes indivíduos. O fato da capitania de Minas receber tantos lusos não era fortuito. Um atrativo chamava a atenção e inflamava o espírito aventureiro e ambicioso de muitos homens: o ouro recém-descoberto.

Carla Almeida, referendando o trabalho de José Vicente Serrão, aponta que com a descoberta do ouro no Brasil, durante o século XVIII, os índices de migração de Portugal para a América Portuguesa, que já eram altos, foram intensificados, chegando a corresponder a uma sangria anual de 8 a 10 mil indivíduos<sup>2</sup>. Charles Boxer destaca a preocupação dos conselheiros do rei que induziram à Corte a promulgar um decreto em março de 1720 limitando drasticamente a emigração para o Brasil a partir da exigência de um passaporte passado pelo governo – devido ao alto número de homens válidos que migravam do Minho em busca de nova vida no Brasil<sup>3</sup>. Assim, a corrida pelo ouro instaurou uma nova organização demográfica, econômica, urbana e social, seja na Ibéria lusa, seja na América portuguesa.

A conjuntura demográfica do norte de Portugal explica o porquê do alto fluxo migratório. Ainda segundo Serrão, “em 1760, enquanto no Alentejo cada quilometro quadrado era repartido por pouco mais de dois, e no Algarve por aproximadamente cinco pessoas, no Minho esta mesma área tinha que ser disputada por quase 23 indivíduos, tendência que permaneceria pouco alterada até pelo menos 1801”<sup>4</sup>. Diante de tal conjuntura, a migração se mostrava uma opção coerente para os indivíduos, principalmente àqueles oriundos de família extensa, em que a divisão dos bens familiares tornava-se problemática e conflituosa.

Em um artigo intitulado *Do Minho a Minas*<sup>5</sup>, Donald Ramos aponta o grande fluxo de migração nas regiões das quais o título de seu trabalho se refere, e destaca, inclusive, muitas similaridades sociais entre ambas, como a reprodução em Minas dos padrões familiares vivenciados pelos migrantes em sua terra natal. Algumas dessas semelhanças serão abordadas no decorrer de nosso trabalho.

2 Carla Maria Carvalho de Almeida. “Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista” In: Carla M. C. de Almeida; Mônica R. Oliveira (orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 79.

3 Charles Boxer. *O império marítimo português (1415 – 1825)*. Trad: Inês Silva. Lisboa: Edições 70. 2001. p. 171.

4 Carla Maria Carvalho de Almeida. *Op. cit.*, p. 79.

5 Donald Ramos. “Do Minho a Minas” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol.44. Belo Horizonte: APM, 2008, p.132-153.

Almeida, em sua tese de doutoramento recém-publicada<sup>6</sup>, ao trabalhar com testamentos e inventários *post-mortem* para os termos de Ouro Preto, Mariana, São João e São José del-Rei, aponta a considerável presença de lusitanos em todos os setores da população inventariada. Analisando os enlances matrimoniais das elites mineiras, a autora percebe o expressivo índice de 86,7% de noivos oriundos das províncias do norte de Portugal.

No universo de nove agentes que investigamos, apenas um é nascido na América portuguesa. Todos os outros são oriundos das freguesias do norte de Portugal, principalmente do Minho. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, desde as primeiras décadas do século XVIII já era das paragens mais populosas do Termo de Mariana, e já na virada para a segunda metade dos setecentos, contavam-se cerca de cinco mil habitantes. Desde a década de 1720, foi receptora dos homens por nós investigados, que se deslocavam para a região ainda rapazotes.

O espaço geográfico do arraial de Guarapiranga, logo nas primeiras décadas do setecentos, era tido como o limiar de onde o homem branco poderia ocupar até aquele momento nas áreas em torno do núcleo minerador. O motivo era o fato da localidade ser caracterizada pelo predomínio de mato denso e vasto, coberta pela Mata Atlântica em meio a seus sinuosos mares de morros – que funcionava como fronteira natural – com parca população branca e infestados de indígenas. No sentido sócio geográfico do termo, as paragens de Guarapiranga, na primeira metade do século XVIII, enquadram-se na clássica tipologia de *sertão*. Partilhamos aqui da noção de *sertão* cunhada por André Figueiredo Rodrigues para dar entendimento ao significado da palavra durante a Era Moderna:

no português antigo se falava “*desertão*” para designar *lugar desconhecido, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento*. Imaginou-se *sertão* também como terra apartada de mar, mediterrânea, continental no sentido em que se empregava a palavra em Portugal no final da idade-média: era a *terra para lá das costas ao longo das quais se navegava*<sup>7</sup>.

Já nas primeiras décadas de seu povoamento, Guarapiranga tornou-se um dos polos mineradores, com considerável incidência de lavras de exploração mineral, que exerceram forte incentivo às frentes de ocupação. Renato Pinto Venâncio nos aponta que o lugarejo alcançaria no ano de 1721, a sexta posição entre os 19 núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana<sup>8</sup>. Mas nem só de ouro vivia Guarapiranga e a região marianense.

Houve ainda na referida região, neste mesmo período e concomitante à produção mineral, o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Desde os primórdios da ocupação de Minas, houve uma estreita relação de contiguidade entre mineração, agricultura e pecuária, ou seja, muitas vezes se conjugava estas diferentes atividades numa mesma unidade produtiva<sup>9</sup>. Segundo Francisco Eduardo de Andrade,

No termo de Mariana, desde o nascedouro do século XVIII, estabeleceram-se engenhos e engenhocas de cana. [...] Nas primeiras décadas dos setecentos, as autoridades coloniais defenderam o exclusivo da exploração aurífera, reprimindo a construção de engenhos de cana na capitania de Minas. No

6 Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2011.

7 André Figueiredo Rodrigues. 'Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Menezes' In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 23, nº46. São Paulo, 2003. p. 266. *Grifo nosso*.

8 Renato Pinto Venâncio. 'Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais, 1711-1725' In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 17, nº 34. São Paulo, 1997. s/p.

9 Francisco Eduardo de Andrade. 'Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX' In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Vol. I. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998. p. 121.

entanto, os engenhos e a fabricação de aguardente, rapadura e açúcar vão estar na pauta das atividades econômicas dos mineiros-agricultores durante todo o século do ouro.<sup>10</sup>

Antônio Carvalho da Mota viera ao mundo no oitavo ano do reinado de dom João V, o Rei-Sol português, na Freguesia de Salvador da Fervença, região de Braga, ao norte do território lusitano. “Com vinte anos pouco mais ou menos”<sup>11</sup>, seria mais um português a tentar a sorte na capitania aurífera do outro lado do Atlântico.

Aos vinte e dois de julho de mil e setecentos e quinze anos, nasceu Antônio Carvalho da Mota, filho de Manuel Carvalho da Mota e Anna Alves, de lugar da Mota e foi batizado no mesmo dia [...].<sup>12</sup>

Filho e neto de lavradores, migrara para o Brasil por volta do ano de 1735, segundo consta nos depoimentos de seus conhecidos.

Ao que tudo indica, Bento Gomes Ramos, nascido em 16 de março de 1726, na Freguesia de São Nicolau de Sandim, conselho da Cabeceira do Basto, na comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga, chegou às terras brasileiras com 15 anos de idade pouco mais ou menos<sup>13</sup>, e fora recebido por seu tio, já residente em Guarapiranga. O fato de ter algum parente próximo residindo na colônia foi incentivador para muitos dos portugueses que aqui chegaram, pois a possibilidade de acolhimento, ainda mais para um jovem, implicava em facilidades fundamentais como moradia e até mesmo ocupação profissional encaminhada.

O tio que o recebera era Manoel Gomes Sande, também natural de São Nicolau de Sandim, de onde saíra com idade por volta dos dezoito anos para tentar a sorte nas Minas Gerais. Batizado aos “cinco dias do mês de novembro de 1693”, oriundo da mesma freguesia que seu sobrinho, “se ausentou da pátria e fora para as partes da América, sendo de idade de 18 a 20 anos”<sup>14</sup>. Vindo nas primeiras correntes migratórias motivadas pela corrida do ouro, o reinol chegou às Gerais no período da ereção das primeiras vilas da capitania, no começo da década de 1710, engrossando o lado dos Emboabas na disputa com os paulistas pela exploração aurífera.

Batizado “aos 12 dias do mês de novembro de 1697”<sup>15</sup>, em Santa Maria da Tábua, Comarca de Lizeu, no Arcebispado de Coimbra, Antônio Duarte desempenhava na freguesia, antes mesmo de migrar para o Brasil, o ofício de cirurgião-barbeiro, assim como seu pai e seus avós materno e paterno. Na inquirição de Antônio Marques Saraiva, mercador de panos de linho na freguesia da Tábua, em Portugal, o depoente afirma que “o sobredito lhe assistiu em uma grave doença”. Deixou sua terra ainda jovem e veio para as Minas nas primeiras décadas do século XVIII, onde se fixou no Morro da Passagem do Termo de Mariana.

Domingos Coelho nasceu em “quatro de novembro de 1722” na freguesia de Santa Maria da Roseira do Castelo Celorico de Basto, na Comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga, e passou a infância no lugarejo, sempre visitando os avós maternos na freguesia vizinha. Em 1741, aos 19 anos, aportava no Brasil, onde tinha um irmão padre, chamado João Coelho<sup>16</sup>. Assim como Bento Gomes Ramos, o fato de contar com a solidariedade familiar, tendo um parente para recebê-lo do

10 Idem. p. 122.

11 Divisão Geral de Arquivos / Torre do Tombo (DGA/TT), Habilitações do Santo Ofício (HSO), Antonio, mç 136, doc. 255. A partir daqui, será citado de forma abreviada.

12 Idem.

13 DGA/TT, HSO, Bento, mç 15, doc. 216.

14 DGA/TT, HSO, Manoel, mç 164, doc. 1720.

15 DGA/TT, HSO, Antônio mç 134, doc 2228.

16 DGA/TT, HSO, Domingos, mç163, doc. 2555.

outro lado do Atlântico, foi importante motivador para tentar a vida nos trópicos. Desembarcou no porto do Rio de Janeiro e “nesta cidade não se deteve nem por quinze dias”<sup>17</sup>, partindo rumo às Minas Gerais.

Segundo os depoimentos das testemunhas inquiridas na freguesia de Nossa Senhora de Rosário de Louredo, Antônio Ferreira da Rocha, nascido muito provavelmente em fins da década de 1710, iniciava sua vida nos negócios ainda rapaz, quando “atuara como caixeiro na cidade do Porto, antes de se ausentar para o Brasil”<sup>18</sup>. Filho do Capitão-Mor do Conselho da Ribeira, no Arcebispado de Braga, e de uma mulher solteira, seu caso é representativo para exemplificar a mobilidade demográfica dentro do próprio Minho: sua mãe já tinha morado em quatro freguesias diferentes. Como aponta Donald Ramos, a mobilidade espacial, apesar de todas as dificuldades da época, era uma tônica do século XVIII tanto em Portugal quanto em sua colônia na América<sup>19</sup>.

Nascido em 21 de abril de 1721, Domingos Muniz de Araújo era natural da freguesia de São Salvador do Couto, Arcebispado de Braga, e por volta dos 28 anos já era residente nas Minas, na freguesia de São Sebastião do Rio Abaixo, Termo de Mariana.

Em cinco de novembro de 1728, nascia Dionísio Alves Guimarães, na freguesia de São Bartolomeu de Gens, comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga. Criado próximo a um tradicional mosteiro medieval, tinha afamado comportamento de bom cristão na mocidade<sup>20</sup>.

Podemos observar no quadro abaixo que os futuros Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga migraram ainda em tenra idade para a América portuguesa, comportamento este igualmente observado para outras regiões da colônia que também receberam reinóis.

**Quadro I - Idade de migração de cada Familiar do Santo Ofício de Guarapiranga**

Familiar do Santo Ofício	Idade que tinha na ocasião da migração para Minas
Antônio Carvalho da Mota	21 anos
Antônio Duarte	“Antes dos 20 anos”
Antônio Ferreira da Rocha	12 anos
Antônio Rodrigues de Souza	Natural de Minas
Bento Gomes Ramos	Não informado
Dionísio Álvares Guimarães	“ainda moço”
Domingos Coelho	19 anos
Domingos Muniz de Araújo	20 anos
Manoel Gomes de Sande	Entre 18 e 20 anos

FONTE: Processos de Habilitação de Familiar do Santo Ofício. IANTT, HSO, Antônio, mç 163, doc 2555 - IANTT, HSO, Antônio, mç 134, doc 2228 - IANTT, HSO, Antônio, mç 130, doc. 2186 - IANTT.

Reafirmando a tônica percebida por Daniela Calainho e Aldair Rodrigues em seus estudos para os respectivos recortes espaciais, a grande maioria dos Familiares do Santo Ofício que atuaram em Guarapiranga também eram filhos de pais lavradores. Sete, dos nove nomes por nós investigados, tinham pais que ganhavam a vida com o trato da terra, na maioria das vezes próprias e, algumas vezes, alheias.

Manoel Gomes Sande era filho de Antônio Gomes e Catarina Martins, “lavradores dos principais desta terra”, segundo conta nos depoimentos das pessoas inquiridas em seu processo de habilitação. Domingos Muniz de Araújo, Bento Gomes Ramos e Antônio Carvalho da Mota são outros exemplos de filhos de pais agricultores. As exceções foram três casos: o pai de Antônio Duarte, como já vimos, era barbeiro, profissão seguida pelo filho; Antônio Ferreira da Rocha era filho de um importante Capitão-Mor do conselho da Ribeira, “gente muito de bem e das principais daquele conselho”; e os pais de Antônio Rodrigues de Souza, o único Familiar nascido na colônia, “viviam de suas fazendas”, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Prados, comarca do Rio

17Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Processo Matrimonial de Domingos Coelho. Nº 1774, Armário 02, pasta 178.

18 DGA/TT, HSO, Antônio, mç 130, doc. 2186.

19 Donald Ramos. *Op. cit.*

20 DGA/TT, HSO, Dionísio, mç 05, doc. 59.

das Mortes.

**Quadro II - Ocupação dos pais e naturalidade dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga**

Familiar do Santo Ofício	Naturalidade	Profissão dos pais
Antônio Carvalho da Mota	Freguesia do Salvador de Fervença, Concelho de Basto, Arcebispado de Braga	Lavradores
Antônio Duarte	Freguesia de Santa Maria da Tábua, Comarca de Lizeu, Arcebispado de Coimbra	Barbeiro <sup>20</sup>
Antônio Ferreira da Rocha	Quinta do Faldrem, Freguesia de São João da Cova, Conselho da Ribeira de Soares, Arcebispado de Braga.	Pai: Capitão Mor Mãe: Tecedeira
Antônio Rodrigues de Souza	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados, Comarca do Rio das Mortes, Bispo de Mariana	Vivem de suas fazendas
Beato Gomes Ramos	Freguesia de S. Nicolau de Sandim, Concelho de Cabeceira de Basto, Comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga	Lavradores
Domingos Coelho	Freg. de S. Maria do Castelo de Celorico do Basto, Comarca de Guimarães.	Pai: Cirurgião e Lavrador Mãe: Lavradora
Domingos Muniz de Araujo	Freguesia de São Salvador do Couto Ribeira de Homem, Comarca de Viana, Arcebispado de Braga.	Lavradores
Dionísio Álvares Guimarães	Freguesia de São Bartolomeu, Conselho de Monte Longo, Comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga	Lavradores
Manoel Gomes de Sande	Freguesia de S. Nicolau do Concelho de Cabeceiras de Basto, Comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga.	Lavradores

FONTE: Processos de Habilitação de Familiar do Santo Ofício. IANTT, HSO, Antônio, mç 163, doc 2555 - IANTT, HSO, Antônio, mç 134, doc 2228 - IANTT, HSO, Antônio, mç 130, doc. 2186 - IANTT, HSO, Antônio, mç 187, doc. 2762 - IANTT, HSO, Bento, mç 15, doc. 216 - IANTT, HSO, Dionísio, mç 05, doc. 59 - IANTT, HSO, Domingos, mç 43, doc. 728 - IANTT, HSO, Domingos, mç 42, doc. 724 - IANTT, HSO, Manoel, mç 164, doc. 1720

Donald Ramos compara os padrões familiares da região ao norte de Portugal com o da capitania mineradora da América portuguesa no século XVIII e primeiras décadas do XIX e destaca grandes similaridades: baixas taxas de casamentos ante a população em geral, baixa proporção de famílias nucleares, como altas taxas de ilegitimidade e abandono.

Ao norte de Portugal, o abandono de crianças e a emigração masculina estavam associados à difícil situação econômica – caracterizada pelo aumento da população e por um padrão de herança igualitária, resultando em propriedades cada vez menores, que muitos consideravam economicamente inviáveis. O abandono de crianças e a imigração masculina foram respostas a essa situação e tinha consequências semelhantes: ambos reduziam o número de membros da família<sup>21</sup>.

Assim, de certa forma, os portugueses dos quais tratamos aqui tiveram suas trajetórias condicionadas pelas conjunturas sociais e familiares em Portugal. Oriundos de pequenas

<sup>21</sup> Donald Ramos. *Op. cit.* p. 140.

freguesias rurais do norte português, a vinda para o Brasil desempenhou o papel de alívio demográfico e também de expectativa de avanço financeiro para si e seus ascendentes.

Por meio das diligências feitas pelo Santo Ofício nos locais de nascimento dos agentes, esta última questão pode ser verificada. Percebemos que parte dos agentes de Guarapiranga mantinha contatos com seus parentes, principalmente irmãos, e por vezes lhes mandavam dinheiro. Joseph Carvalho, morador na mesma freguesia de nascimento de Manoel Gomes Sande, “disse que conheceu de vista e falar algumas vezes com o dito habilitando, e foi para o Brasil aonde assiste, e de lá escreve aos amigos e parentes quando é pelo tempo das frotas”<sup>22</sup>. No depoimento de Brizida Francisca sobre Antônio Ferreira da Rocha, a depoente afirma que “tem ela testemunha ouvido falar que ele tem já mandado dinheiro a um seu irmão”. Sebastião Gonçalves afirmara sobre o mesmo Familiar do Santo Ofício que “ouvira dizer que estava no Brasil, e que de lá tinha mandado algum dinheiro a sua irmã Dona Ignácia”. Em 1746, Antônio Duarte solicitou licença para ir ao Reino “com sua mulher, duas filhas, um filho e mais família, por se achar ausente de casa há perto de vinte anos”<sup>23</sup>. Desta forma, percebemos que nem a distância transoceânica impedia que os laços de afetividade fossem mantidos. Em um tempo em que as diversas formas de sociabilidade do Antigo Regime tinham como referência a noção de solidariedade familiar, contactamos alguns de nossos personagens mantendo seus vínculos parentais ainda arraigados mesmo estando do outro lado do Atlântico. Ademais, tal situação demonstra que a migração era uma estratégia de tentativa de ganho utilizada pelos portugueses do norte, da qual se esperava alterar a realidade financeira familiar daqueles que partiam, e também dos que ficavam.

Contudo, mesmo não deixando para trás suas relações pessoais na terra natal, estes homens buscavam edificar alicerces na vida do Novo Mundo. Ainda jovens, talvez tenham forjado um projeto de retorno ao seu lugar de origem, quando de lá migraram. No entanto, depois de aqui chegarem, fizeram uso de vários meios para se estabelecerem.

### **De engenho, de ouro, de plantio e de comércio: as ocupações, os investimentos e seus cabedais antes de se habilitarem**

Nas Minas Gerais do século XVIII, o “viver em colônias” tinha um significado ambivalente. Era, em sua essência, aos olhos dos que chegavam, um lugar para se enriquecer. Os veios auríferos descobertos a cada dia, a crescente necessidade de mão-de-obra escrava, as diversas concessões de sesmarias, e o comércio cada vez mais rendoso, ofereciam condições de ascensão econômica em uma capitania recém-fundada, desprovida de uma “nobreza da terra”<sup>24</sup> consolidada, em que as elites locais ainda se formavam. Por outro lado, significava também, viver em um ambiente marcado por motins e sedições ou, nas palavras do governador Conde de Assumar, um verdadeiro “mundo às avessas”, povoado por homens de todos os gênios e vícios, onde paulatinamente ocorria a imposição da ordem pública e do aparelho repressor e fiscalizador da Coroa portuguesa, gerando uma tensão inevitável, que a qualquer momento poderia incorrer em conflitos.

Vivendo em meio a esse cenário paradoxal, nossos personagens buscaram traçar em suas trajetórias, diferentes maneiras de ganhar a vida. Seus diversificados investimentos apontam o panorama econômico da freguesia em que residiam, e principalmente, evidenciam as possibilidades e as etapas de enraizamento e ascensão na sociedade colonial a partir das tomadas de decisão e estratégias executadas.

Ao traçar o perfil de investimentos dos Familiares do Santo Ofício de Minas, Aldair Carlos Rodrigues aponta o panorama ocupacional do grupo antes de se tornarem agentes inquisitoriais:

22 DGA/TT, HSO, Manoel, mç 164, doc. 1720.

23 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Minas Gerais*, Caixa 46, doc. 6.

24 Diferentemente das capitanias de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro ou Bahia, que tinham elites locais estabelecidas antes do século XVIII. Ver: João Fragoso. ‘Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)’ In: *Conquistadores e Negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 33-120.

Chegando na Colônia, eles se envolviam sobretudo com o comércio, que abastecia Minas a partir do Rio de Janeiro – principalmente com o setor de fazendas secas e escravos – e depois passavam a diversificar suas atividades econômicas. Abandonando ou não a atividade mercantil, o destino principal de seus investimentos era a mineração<sup>25</sup>.

Assim, era o setor mercantil que atraía os futuros agentes inquisitoriais recém-chegados na capitania do ouro. Tal conjuntura é percebida também para a realidade profissional dos agentes da freguesia de Guarapiranga. Em seus processos de habilitação, podemos perceber que alguns deles iniciaram-se nos negócios ainda moços em Portugal. Este é o caso de Antônio Ferreira da Rocha que, segundo depoimentos de Francisco de Azevedo, “sendo rapaz, estivera por caixeiro de Sebastião José de Freitas na cidade do Porto donde fora para as partes do Brasil”. Ao chegar nas Minas, o jovem encontrou no setor mercantil a forma de acumular riqueza. Já em 1755, vivia “de um negócio mercantil, com sua loja de fazendas secas”<sup>26</sup>. Filho de mulher tecedeira em Portugal, Antônio Ferreira da Rocha possivelmente comercializava tecidos e panos em sua venda na freguesia de Guarapiranga. É o que sugere a existência de um tear aparelhado entre seus bens inventariados no fim de sua vida<sup>27</sup>.

Domingos Muniz de Araújo e Bento Gomes Ramos desenvolviam o ofício de “comboieiro de negros, vivendo de buscar escravos aos portos do mar” – muito provavelmente, em específico, o porto do Rio de Janeiro – “para vendê-los nas Minas”. A vida de negociantes de escravos em Minas colonial poderia ser ao mesmo tempo, lucrativa e perigosa. Muitos homens fizeram fortuna atravessando as muitas léguas do Caminho Novo, mas viviam sob o constante risco nas estradas, expostos as intempéries e perigos da natureza, e aos saqueadores, quilombolas, indígenas e bandos de potentados locais<sup>28</sup>.

Já Antônio Carvalho da Mota e Manoel Gomes Sande representam típicos exemplos de negociantes de diversificados investimentos. O primeiro, em 1755, declarava-se “homem de negócios”, e os que o conhecia diziam que o mesmo vivia da ocupação de “mineiro e senhor de engenho. Já o segundo, vivia de sua roça e de mineração com seus escravos”.

Faz-se importante percebermos o contexto histórico que a capitania mineira vivia: a extração do ouro, a principal atividade econômica de Minas até meados do século XVIII, começou a declinar na metade final dos setecentos<sup>29</sup>, fazendo com que as atividades agropastoris passassem gradativamente a ter mais importância. Assim, investimentos financeiros em outras áreas passaram a ser uma estratégia atrativa para os homens abastados de Minas. Houve desta forma, um impulso à diversificação dos investimentos. A partir de então, o cultivo de pequenas e médias propriedades agrícolas na região se intensificou até finalmente ocupar o papel de atividade principal, contudo, sem que a mineração deixasse de existir. Gerou-se portanto, um reordenamento da economia da capitania<sup>30</sup>. Dentre as atividades associadas com a extração de ouro era bastante frequente a produção de derivados da cana, e fazendas mistas eram comuns,

25 Aldair Carlos Rodrigues. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH, USP, 2007. p. 210.

26 DGA/TT, HSO, Antônio, mç 130, doc. 2186.

27 AHCSM. *Inventário post-mortem* de Antônio Ferreira da Rocha (1787). Cód.1496. 1ºofício.

28 Ver: Júnia Ferreira Furtado. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. Ver também: Carla Maria Junho Anastasia. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas da primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Arte, 1995.

29 Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2004.

30 Este é o argumento principal defendido por Carla Almeida em sua dissertação de mestrado. Carla Maria Carvalho de Almeida. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

originando a consorciação da mineração com a agricultura, pecuária e indústria rural<sup>31</sup>. Tudo indica que este é o caso de Manoel Gomes Sande. Esta conjuntura de investimentos torna-se ainda mais frequente na região de Guarapiranga, onde esta diversificação econômica foi presente desde o início do século XVIII, incentivadas pelas condições naturais favoráveis, como já apontamos. Segundo Gusthavo Lemos,

No século XVIII, a Coroa portuguesa tentou, por várias vezes, barrar a produção e circulação da cachaça nas Minas, alegando, principalmente, desvirtuamento dos esforços na extração mineral. Porém, os mecanismos reais de controle foram pouco eficazes e a produção, circulação e consumo da cachaça continuavam funcionando e se expandindo nas Minas. A par dessa incapacidade, a Coroa instituiu medidas de arrecadação de impostos sobre a atividade agro-canaveira: dízimos e *subsídios* (estes compostos pelo *subsídio voluntário*, o qual recaía sobre a comercialização da *aguardente da terra*; e pelo *subsídio literário*, imposto cobrado diretamente nos engenhos, cujo produto da arrecadação era voltado para a subvenção dos *mestres régios*) foram aplicados, pelo menos desde as primeiras décadas dos *Setecentos*.<sup>32</sup>

Portanto, a descrição de “senhor de engenho” presente nos depoimentos a respeito de Antônio Carvalho da Mota, refere-se a engenhos de cana para a produção de aguardente, que a princípio, eram para subsistência e pequena comercialização (com venda de excedentes), e posteriormente, com o caminhar da segunda metade do século XVIII, passou a ser um dos principais investimentos da região. Antônio Carvalho da Mota era um destes aguardenteiros em fins da década de 1750.

A diversificação de investimentos dos Familiares do Santo Ofício foi um fenômeno comum na região do Termo de Mariana. Segundo Aldair Rodrigues,

do universo de 92 comerciantes que se habilitaram ao cargo de Familiar na região de Mariana, em 83 casos foi possível saber se eles permaneceram no comércio, se investiram em outros setores produtivos ou ainda se conjugaram várias atividades. Do total de 83, 36 agentes mercantis se dedicaram somente ao comércio até o final da vida. Quanto aos outros 47 comerciantes, investiram em outros setores econômicos que não apenas o comércio<sup>33</sup>.

Essa pluralidade de investimentos esta inserida no contexto de reordenação econômica da região, iniciada na metade final da centúria setecentista, a partir da crise da exploração aurífera, ao qual a população mineira se dirige para outras atividades como agricultura e pecuária<sup>34</sup>, como

31 Ver trabalhos de Marcelo Magalhães Godoy, que trata da questão da produção agrícola e mineradora no século XVIII em Minas Gerais. Marcelo Magalhães Godoy. “Os engenheiros entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o Estado e a agro-indústria canaveira de Minas Gerais no século XIX”. *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000.

32 Gusthavo Lemos. *Aguardenteiros do Piranga*: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, 2012. p. 7. Ver ainda: Marcelo Magalhães Godoy. *Op. cit.*

33 Aldair Carlos Rodrigues. *Op. cit.* p.174.

34 Carla Maria Carvalho de Almeida. *Op. cit.* Ver também João Luiz Fragoso. *Homens de grossa ventura*: acumulação e hierarquização na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

já destacamos.

Depois de pouco mais de 20 anos vivendo na América portuguesa, Antônio Duarte já se tornara um homem de considerável cabedal e buscava executar estratégias de ampliação de seu patrimônio. Vivendo no Morro da Passagem, na então Vila do Carmo, aos 43 anos<sup>35</sup>, já em 1740, casa-se “aos oito de maio [sexta-feira], pelas cinco horas da tarde, na capela de Santo Antônio do Morro de Mata Cavalos, diante de muita gente que presente estava”<sup>36</sup>, com a jovem Francisca Pinta de Oliveira, então com 15 anos<sup>37</sup>, nascida na Vila do Carmo e filha de Mariana Correia de Oliveira e João Pinto Álvares, um dos homens mais ricos da capitania de Minas<sup>38</sup>, que também tinha lavras minerais no Morro da Passagem<sup>39</sup>. O casamento era um importante elemento de coesão social e uma eficaz estratégia das elites para se adquirir *status*. O fato de a cerimônia acontecer “diante de muita gente” é um claro indicio do prestígio que o noivo e a noiva – ou, mais adequadamente, a família da noiva – possuíam na sociedade em que se inseriam. O enlace matrimonial do casal é um típico exemplo da tônica observada por Carla Almeida em pesquisas acerca da imigração e sistemas de casamentos entre a elite mineira nos setecentos: homens reinóis com média de idade elevada – média de 38 anos - casando-se com moças em tenra idade nascidas na colônia, com média de idade de 19 anos<sup>40</sup>. Definia-se assim, com diferença média de idade muito acentuada entre os cônjuges, como no caso por nós analisado.

Um ano após seu casamento, o reinol candidata-se ao cargo de Familiar do Santo Ofício. A mando do tribunal, o Comissário José Simões realizou as diligências na Vila do Carmo para se investigar a honra e comportamento de Antônio Duarte. Nesta ocasião, já temos informação a respeito de seu cabedal e a ocupação que exercera até aquele momento para acumular sua riqueza.

Antônio Duarte [...] *vive limpa e abastadamente do ofício de cirurgião e de mineiro, terá de seu por cima de 30 mil cruzados, sabe ler e escrever, aparente ter quarenta anos de idade, é casado [?] com uma moça branca filha de João Alves e de sua mulher, de quem já tem uma filha*<sup>41</sup>.

Os cirurgiões eram agentes de cura que se colocavam entre os médicos, degrau mais alto desta escala, e os barbeiros sangradores, apesar de não haver uma delimitação bem definida entre uma e outra atividade<sup>42</sup>. Enquanto ao médico cabia avaliar o estado geral do paciente, o cirurgião manipulava os instrumentos e realizava as intervenções no corpo doente<sup>43</sup>. Tais agentes

35 Antônio Duarte foi batizado em Portugal “aos 12 dias do mês de novembro de 1697”. DGA/TT, HSO, Antônio, mç 134, doc 2228.

36 DGA/TT, HSO, Antônio, mç 134, doc 2228.

37 Francisca Pinta de Oliveira foi batizada capela do Morro da Passagem aos 15 dias do mês de maio de 1725. DGA/TT, HSO, Antônio, mç 134, doc 2228.

38 Seu nome aparece na lista dos homens mais ricos da capitania de Minas, elaborada em 1756, por Domingos Pinheiro, Provedor da Fazenda, a mando do Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte-Real. Essa listagem muito provavelmente foi concebida pela necessidade de levantar receitas extraordinárias para Coroa, já que, quatro meses antes, Lisboa foi praticamente destruída pelo terremoto de 1º de novembro de 1755. Para maior compreensão do assunto, consultar: Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e Pobres em Minas Gerais...*

39 Mariana Correia de Oliveira e João Pinto Álvares tiveram 11 filhos, sendo Francisca Pinta de Oliveira, a primogênita. Quando a cônjuge faleceu, aos 38 anos de idade, ficaram 11 filhos do casamento. Dois estavam estudando em Coimbra, outros dois no seminário no Rio de Janeiro, e três filha com idade de 12, 11 e nove anos estavam em Portugal para serem freiras. Os dois filhos menores estavam em companhia do pai e as duas mais velhas encontravam-se casadas. Ver Carla M. C. de Almeida; Mônica R. Oliveira (orgs). *Op. cit.* p. 92-93.

40 Carla Maria Carvalho de Almeida. *Op. cit.* p. 90.

41 DGA/TT, HSO, Antonio, mç 134, doc 2228. Grifo nosso.

42 Nikelen Acosta Witter. Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura'. In: *Revista Tempo*. Niterói: UFF nº 19, 2005. p. 13-25.

43 Jean Luiz N Abreu. *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, 2006. p. 38.

muitas vezes não eram vistos com bons olhos na sociedade do Antigo Regime, uma vez que seu ofício era manual, no qual lidavam com sangue, fazendo uso das tradicionais sangrias, aplicando sanguessugas, além de pequenas intervenções cirúrgicas nas ocasiões necessárias. Segundo Jean Luiz Neves Abreu,

aos que pretendiam adquirir licença para realizar cirurgias, não havia a necessidade de ingressar na universidade. O interessado em aprender o ofício podia atuar como discípulo-ajudante a serviço de um cirurgião, ou então ingressar em um hospital onde se ensinasse cirurgia. Posteriormente, o aprendiz de cirurgia, munido de atestado comprobatório de aptidão, submetia-se ao exame do órgão competente que o autorizava a exercer o ofício.<sup>44</sup>

O aprendizado do ofício dava-se pela prática, frequentemente passado pela tradição familiar, como foi o caso de Antônio Duarte, que ainda rapaz, em Portugal, já tratava pacientes como seus avós materno e paterno, e como seu pai. No Brasil, vemos que continuou a exercer a dita arte.

Quanto ao cabedal de Antônio Duarte, segundo as testemunhas inquiridas no morro da Passagem em 1751, Antônio Duarte possuía cabedal estimado em cerca de 70 mil cruzados, uma verdadeira fortuna. O Comissário responsável pela diligência chega a afirmar em seu parecer sobre o habilitando, que o dito “*aparenta* que tem muito mais de cem mil cruzados”. O fato de “*aparentar*” ter grande fortuna, até maior do que tem de fato, é um indício importante acerca do comportamento do candidato: certamente Antônio Duarte tratava-se com a nobreza e luxo comuns aos “homens principais daquela terra”, externalizando assim seu *status* aos olhos da sociedade barroca em que estava inserido. O reconhecimento público era o que lhe permitia se enquadrar como um *homem bom*.

Em janeiro de 1753, sua esposa, Dona Francisca Pinta de Oliveira, mãe de sete filhos e com apenas 28 anos de idade, faz seu testamento, pois se encontrava enferma e de cama, “temendo a morte que lhe parecia certa”. Em 23 de setembro do mesmo ano, a cônjuge de Antônio Duarte falece no Morro da Passagem. Nesta ocasião, o tribunal do Santo Ofício ainda verificava sua ascendência a fim de habilitá-la. Apesar de sua morte, os inquéritos a respeito da falecida continuam a serem feitos normalmente pelo Comissário responsável, que passou a obter respostas dos inquiridos como “conheceu a Francisca Pinta de Oliveira ao menos desde o ano em que ela veio morar neste morro com seus pais a qual é falecida há quatro ou cinco dias”<sup>45</sup>. Por meio do inventário *post-mortem*<sup>46</sup>, podemos perceber a descrição da fortuna e o perfil dos investimentos realizados até aquele momento.

De fato, como observado pelos Comissários do Santo Ofício, Antônio Duarte aparentava viver como os nobres. Ademais, as testemunhas entrevistadas para a habilitação de Francisca Pinta de Oliveira pareciam realmente conhecer a riqueza do casal. O habilitando tinha com sua esposa, na ocasião do falecimento desta, a imensa fortuna de 30:249\$160 (trinta contos, duzentos e quarenta e nove mil cento e sessenta réis) – ou cerca de 75 mil cruzados, muito próximo do que foi afirmado pelas testemunhas nas diligências inquisitoriais - incluindo seus 47 escravos, quase todos da etnia Mina, sendo duas crianças e todos os demais em idade produtiva, entre 14 e 40 anos<sup>47</sup>. Havia entre joias e utensílios de uso domésticos, muitos itens de ouro, prata e diamante, como “oito cordões de ouro, sete pares de brincos com diamantes, 12 facas de mesa com cabos de prata”. Entre os itens de vestimenta da Dona Francisca Pinta de Oliveira, constam diversas “saias de veludo, de glacê<sup>48</sup> e de seda, uma capa de seda azul agaloada, além de lençóis e toalhas de linho”; e entre seus móveis há diversas peças em jacarandá torneado. Residiam em uma “casa

44 Idem.

45 DGA/TT, HSO, Antônio, mç 134, doc. 2228.

46 AHCSM. Inventário *post-mortem* de Francisca Pinta de Oliveira (1754). Códice 10, auto 360, 1º ofício.

47 Idem.

48 Tipo de seda lustrosa.

de morada com cozinha e estrebaria<sup>49</sup>, tudo coberto de telha e senzala coberta de capim, tudo sito no Morro da Passagem”. Importante elemento a ser ressaltado na dita listagem de bens, é o “cavalo selado e enfreado com xairéis de pano agaloado”, bem indispensável para todo aquele que pretendesse se tratar com algum “luzimento”. Pelo inventário dos bens do casal, fica então evidente o bom tratamento com que se apresentavam na sociedade mineira.

Como consta em seu processo de habilitação do Santo Ofício, Antônio Duarte ganhava a vida como mineiro – além da prática da cirurgia. Dentre os bens listados no inventário de sua esposa, há uma biblioteca de considerável volume, com “86 livros de medicina e cirurgia, e alguns espirituais”<sup>50</sup>, demonstrando que Antônio Duarte investira em seus estudos na área. Consta ainda que o casal tinha “uma lavra de talho aberto de minerar, um rancho para feitores, com senzala feita de pedra, tudo coberto de capim e duas canoas no rio, tudo abaixo da ponte da Passagem”. Entre os instrumentos e ferramentas de trabalho, aparecem descritos e avaliados “cinco tachos de cobre, 16 alavancas grandes e uma pequena, sete brocas, dois socadores, duas enxadas, 16 bateias”, dentre outros itens utilizados no trabalho de extração aurífera das lavras minerais. Desta forma, é possível perceber que os lucros da mineração colaboraram para a condição abastada de Antônio Duarte antes de se tornar agente inquisitorial. Como comprovação disso, o encontramos em 1755, ano seguinte ao falecimento de sua esposa, desempenhando o cargo de vereador da Câmara de Mariana, e em 1756, listado como um dos homens mais ricos da Capitania de Minas<sup>51</sup>.

Domingos Coelho seria outro candidato à patente do Santo Ofício que usava da arte de cirurgia e que apostara financeiramente em diversificados investimentos. Em 1755, aos 33 anos e residente em Guarapiranga, alguns depoentes em seu processo de habilitação afirmam que o referido candidato

É solteiro [...] vive de minerar, também tem seu engenho de aguardentes, e também usa de cirurgia, e poderá ter de certo mais de 10 mil cruzados.<sup>52</sup>

A arte de cirurgia tinha função médica prática, e aquele que a exercia tinha conhecimento dos males e problemas de saúde que afligiam a população em geral. Em Minas colonial, tal saber possibilitava importantes ganhos, principalmente em uma sociedade escravista e mercantilizada. Como aponta Maria Cristina Wissenbach, ao negociar escravos, os cirurgiões-comerciantes estavam mais aptos a analisar quais eram as peças mais ou menos valiosas, tornando-se agudos observadores sobre as qualidades e defeitos físicos da escravaria, em um exercício mercantil em que muitas vezes os vendedores buscavam omitir ou disfarçar algum problema de saúde de sua mercadoria a fim de vendê-la<sup>53</sup>. Antônio Duarte e Domingos Coelho sem dúvidas fizeram uso de suas experiências como cirurgiões na hora de adquirir e também na manutenção de seus amplos plantéis escravos, tratando seus negros com a propriedade de quem sabia lidar com os males clínicos e doenças que afligiam o cotidiano de trabalho na Colônia.

Antônio Rodrigues de Souza, nascido na freguesia mineira de Nossa Senhora da Conceição de Prados, na comarca do Rio das Mortes, vivia do “seu negócio de roças”, tendo adquirido em seu nome “uma sesmaria de meia légua de terra em quadra, nos matos e capoeiras sita na Fazenda do Gama”<sup>54</sup>, quando ainda não tinha sequer 20 anos de idade. As testemunhas que depõem em seu processo de habilitação parecem não ter segurança para afirmar se o candidato possuía algum

49 Segundo o Vocabulário Portuguez & Latino de Raphael Bluteau (1728), “casa que se recolhe cavalos”. Segundo o dicionário Antônio de Moraes Silva (1789), “casa onde se recolhem, e pensão bestas”. Disponível em <http://www.brasiliiana.usp.br/dicionario>. Acesso em 29/08/2011.

50 Infelizmente não consta no inventário a descrição dos livros.

51 Carla Maria Carvalho de Almeida. *Ricos e pobres em Minas Gerais...* Ver anexo onde consta a listagem de homens ricos da capitania de Minas Gerais.

52 DGA/TT, HSO, Domingos, mç 43, doc. 728.

53 Maria C. Wissenbach. ‘Cirurgiões do Atlântico Sul – conhecimento médico e terapêutico nos circuitos do tráfico e da escravidão (séculos XVII-XIX)’. *Anais do XVII Encontro Regional de História*. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

54 AHU, Minas Gerais, caixa 81, doc. 69.

cabedal próprio, pois este ainda “vivía sobre o pátrio domínio”<sup>55</sup>. Em depoimentos dos que o conheciam, consta que possuía alguns escravos com os quais roçava sua terra, que tinha gado *vacum* e éguas<sup>56</sup>.

Dionísio Alves Guimarães, o último homem do nosso grupo a buscar a patente de Familiar do Santo Ofício, vivia, na ocasião de seu pedido de habilitação no ano de 1779, de suas lavouras de fumo às margens do Rio Xopotó, de lavras de extração mineral, e da plantação de cana de açúcar, produzindo aguardente. Estava casado pela segunda vez. Contudo, antes disso, tinha contraído matrimônio com Joana Gonçalves Maciel.

Reconstituindo sua trajetória, vimos que o candidato casou-se em 1748 em primeiras núpcias com uma jovem que era nascida na freguesia de Guarapiranga, assim como seus pais. Contrariando a tendência observada pela historiografia, a diferença de idade dos cônjuges neste caso era muito pouco significativa. Além disso, o noivo casara-se bastante jovem. Em seu processo matrimonial, ele afirmava que:

[...] veio diretamente para estas Minas menor de idade e ate o presente sempre o estivera nesta freguesia de Guarapiranga, que era cristão batizado e que tinha de idade 18 para 19 anos.<sup>57</sup>

O assento de batismo de Dionísio Alves Guimarães em sua terra natal aponta que ele nasceu em 1728<sup>58</sup>, estando então na ocasião de seu primeiro casamento, com vinte anos, muito próximo da idade que afirmou em seu processo matrimonial. Já Joana Gonçalves Maciel, tinha 15 para 16 anos, tendo nascido em 1733. Outro dado relevante é a condição econômica do cônjuge nesta ocasião. Para atender os trâmites do casório, o noivo requisitou:

[...] os suplicantes estão contratados para contrair matrimônio na forma do sagrado Concílio Tridentino e como para darem seus depoimentos *[tem] dificuldade para vir a esta cidade por serem pobres e a distância grande [demais]*, sendo vossa senhoria servido, quer o contraente justificar como veio de sua pátria de menor idade para estas Minas para o que tem as suas *[diligências]* na dita freguesia de Guarapiranga e *pela sua muita pobreza as não pode [comparecer] perante vossa senhoria*<sup>59</sup>.

Na ocasião de seu primeiro casamento, havia poucos anos que candidato havia chegado em Guarapiranga. O fato de declarar *sua muita pobreza* demonstra que neste momento o futuro Familiar do Santo Ofício, ainda muito jovem, buscava se enraizar nas Minas Gerais. O casamento com uma noiva natural da terra em que residia parece ser uma de suas primeiras estratégias para se afixar, criar laços e arregimentar redes de relação em Guarapiranga.

Assim sendo, o casal uniu-se em matrimônio no dia 14 de novembro de 1748 na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga. Teriam quatro filhos, e ficariam casados por 17 anos, até 1765, quando Joana falecera aos 32 anos de idade<sup>60</sup>, sendo sepultada na mesma matriz em que se casou<sup>61</sup>.

Na época da morte de sua esposa, Dionísio viu-se responsável pela criação de seus quatro jovens filhos, com a faixa de idade entre nove e três anos. Ao que parece, neste momento já

55 DGA/TT, HSO, Antônio, mç 187, doc. 2762.

56 *Idem*.

57 AEAM. Processo Matrimonial de Dionísio Alves Guimarães. nº 1711 – armário 02 – pasta 171. (1748).

58 DGA/TT, HSO, Dionísio, mç 05, doc. 59.

59 AEAM. *Idem*. Grifo nosso.

60 AHCSM. Inventário de Joana Gonçalves Maciel (1765). Cód. 45, auto 1019. 2º Ofício.

61 AEAM. Processo Matrimonial de Dionísio Alves Guimarães. nº 1710 – armário 02 – pasta 171. (1767)

tinha conseguido angariar uma boa condição de vida material, haja vista que o monte-mor de sua esposa ao falecer é de 2:693\$300 (dois contos, seiscentos e noventa e três mil e trezentos réis), possuindo “uma fazenda com suas casas de vivenda, paiol, senzalas e mais pertences, com suas capoeiras e matos virgens”, avaliada em 400.000 réis;

uma fazenda em que é sócio com José Ribeiro de [Frasco], sita junta à capela de Santo Antônio do Calambau, com suas casas, moinhos, cobertos de capim; posses no ribeirão do Turvo, no braço da parte direita; 37 datas de terras minerais no rio Xopotó, na paragem chamada Cachoeirinha, em que é sócio com José [Rodrigues] [Bateja]; 40 datas de terras minerais sitas no rio Xopotó de Cima, na paragem chamada [abaixo] do Melo, com suas águas, em que é sócio com João [Salles] 19 escravos, sendo três crianças e 16 em idade produtiva<sup>62</sup>.

Assim sendo, passados 17 anos depois de declarar sua *muita pobreza*, Dionísio Alves Guimarães conseguiu uma ascensão econômica surpreendente, sepultando, inclusive, sua esposa na igreja Matriz da freguesia em que residia, privilégio típico dos homens abastados. Pela composição de seus bens, parecia voltar seus interesses em possessões minerais.

Corrido dois anos depois da morte de sua primeira esposa, Dionísio casara-se com Maria Lopes Soares, jovem de 19 anos, também natural da freguesia de Guarapiranga, mas filha de pai português. Nesta ocasião, já havia conquistado a patente militar de Alferes e tinha 39 anos<sup>63</sup>. Se no primeiro casamento o reinol contraiu matrimônio com uma noiva de idade muito próxima a sua, vemos em seu segundo enlace matrimonial mais um exemplo que se enquadra na conjuntura apontada por Carla Almeida referente aos matrimônios no seio das elites locais: considerável diferença de idade, sendo a idade média de 38 anos para o noivo e 19 anos para a noiva.

Quando entra com o pedido de habilitação de Familiar do Santo Ofício junto ao tribunal inquisitorial, já em 1779, o candidato residia na aplicação do Calambau e ocupava o cargo de “Guarda-mor das terras minerais” na aplicação de Santana dos Ferros (atual cidade de Guaraciaba), importante função que o instituiu poderes na dinâmica econômica e política local. Segundo o glossário da versão ampliada do Código Costa Matoso, o Guarda-mor é o

[...] oficial auxiliar da superintendência de terras e águas minerais na administração dos distritos mineradores. É responsável por dar licença aos descobridores, *distribuir datas, coloca-las em pregão, controlar os “descaminhos do ouro”, controlar a entrada de pessoas e mercadorias, fazer justiça nos casos de descumprimento do Regimento das Terras Minerais*, e assentar os mineradores e seus escravos nas lavras demarcadas.<sup>64</sup>

Não sabemos quando Dionísio Alves Guimarães conquistou o cargo de Guarda-Mor, mas em sua trajetória fica evidente o interesse em possessões minerais, provável estímulo para a busca de tal titulação. Ao fazer uso das prerrogativas políticas e econômicas do cargo, poderia melhor conhecer as condições e conjunturas econômicas de seus investimentos e adquirir poder e *status* no ramo que atuava.

A seguir, compararemos o cabedal de cada personagem por nós investigados no momento em que requisitaram a patente de Familiar do Santo Ofício. Os dados aqui utilizados são baseados

62 AHCSM. *Idem*.

63 AEAM. *Idem*.

64 Luciano Raposo de Almeida Figueiredo; Maria Verônica Campos (coord.). *Código Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. p.102. Grifo nosso.

nos depoimentos prestados à Inquisição, informações cedidas por testemunhas que conheciam os candidatos a Familiar do Santo Ofício no momento em que se habilitavam. Nas inquirições realizadas na localidade onde residia o habilitando, o Comissário do Santo Ofício ou clérigo encarregado pelas diligências a respeito do mesmo, perguntava às testemunhas

[...] se o dito habilitando é pessoa de bom procedimento, vida e costumes, capaz de ser encarregado de negócios de importância e segredo, se vive limpamente, com bom trato, que ocupação tem e de que vive, *que cabedal tem de seu*, se sabe ler e escrever, e que anos aparenta ter de idade.

Nestas ocasiões, os depoentes estipulavam um valor que acreditavam que o candidato em questão possuía. Nos processos de habilitação por nós analisados, percebemos que o valor estipulado por cada entrevistado a respeito de um mesmo habilitando varia pouco, sugerindo assim, que a vida pública do candidato era, de fato, de conhecimento comum das pessoas integradas nas redes sociais em que ele se inseria, como vizinhos e parceiros comerciais. Ao fim das entrevistas, o responsável pela diligência elaborava um relatório final e fazia a média do cabedal estimado em cada depoimento. São com estes dados, em cruzados, que elaboramos o quadro a seguir, com o intuito de vislumbrar a efetiva riqueza que suas escolhas econômicas lhes possibilitaram. Fizemos ainda, a conversão destes valores para Contos de Réis e Libras, para fins comparativos no decorrer desta pesquisa.

**Quadro III – Cabedal dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga quando buscavam se habilitar<sup>65</sup>**

Familiar do Santo Ofício e o ano em que seu cabedal foi estipulado	Cabedal em Cruzados	Cabedal convertido em Réis	Cabedal convertido em Libras
Antônio Carvalho da Mota (em 1770)	12 mil cruzados	4:800\$000	1350,210 libras
Antônio Duarte <sup>66</sup> (em 1741)	30 mil cruzados	12:000\$000	3375,527 libras
Antônio Ferreira da Rocha (em 1757)	8 mil cruzados	3:200\$000	900,140 libras
Antônio Rodrigues de Souza (em 1774)	"não sabe que tenha cabedal propriamente seu"		
Bento Gomes Ramos (em 1770)	8 mil cruzados	3:200\$000	900,140 libras
Dionísio Alvares Guimarães (em 1792)	15 mil cruzados	6:000\$000	1687,763 libras
Domingos Coelho (em 1756)	20 mil cruzados	8:000\$000	2250,351 libras
Domingos Muniz de Aratijo (em 1757)	6 mil cruzados	2:400\$000	675,105 libras
Manoel Gomes Sande (em 1755)	12 mil cruzados	4:800\$000	1350,210 libras

FONTES: Processos de Habilitação de Familiar do Santo Ofício IANTT, HSO, Antônio, mç 163, doc. 2555 - IANTT, HSO, Antônio, mç 134, doc. 2228 - IANTT, HSO, Antônio, mç 130, doc. 2186 - IANTT, HSO, Antônio, mç 187, doc. 2762 - IANTT, HSO, Bento, mç 15, doc. 216 - IANTT, HSO, Dionísio, mç 05, doc. 59 - IANTT, HSO, Domingos, mç 43, doc. 728 - IANTT, HSO, Domingos, mç 42, doc. 724 - IANTT, HSO, Manoel, mç 164, doc. 1720

Fazendo a média do cabedal dos Familiares de Guarapiranga<sup>65</sup>, somando todas as fortunas e dividindo pelo número de agentes da freguesia, encontramos o valor médio aproximado de 11,5 mil cruzados, que convertidos corresponde a cerca de 4:600\$000 réis, ou aproximadamente 1293,952 libras.

A título de comparação, podemos observar a estimativa dos cabedais dos Familiares do Santo Ofício de outras regiões do Brasil Colonial. Fábio Kuhn ao realizar um estudo sobre as elites mercantis das capitanias de Rio Grande de São Pedro e Colônia de Sacramento para o século XVIII, observa e compara o cabedal dos Familiares do Santo Ofício destas respectivas localidades:

Enquanto no Rio Grande de São Pedro os cabedais dos comerciantes que se habilitaram raramente passavam dos 10 mil cruzados, no caso da Colônia de Sacramento esse parece ter sido o patamar mínimo, pois dos 10 Familiares habilitados cujo cabedal foi declarado, nada menos que oito têm patrimônio acima de 10 mil cruzados<sup>66</sup>.

Os quadros a seguir apresentam os agentes e seus respectivos cabedais investigados pelo autor para as capitanias do sul:

**Quadro IV - Cabedais dos Familiares do Santo Ofício na Capitania de Rio Grande de São Pedro em Cruzados**

Nome do Familiar do Santo Ofício	Cabedal estimado
Manoel de Aratijo Nunes	7 a 8 mil
Antônio Dias Pereira Cubello	30 mil
Antônio Carvalho da Silva	10 a 15 mil
Francisco Correia Pinto	8 a 10 mil
Serafim da Costa Santos	10 mil

FONTE: KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa. Século XVIII*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2006. p. 345.

**Quadro V - Cabedais dos Familiares do Santo Ofício na Colônia de Sacramento em Cruzados**

Nome do Familiar do Santo Ofício	Cabedal estimado
Antônio de Azevedo e Sousa	10 mil
Antônio Fernandes Pereira	20 mil
Brás Batista de Castro	20 a 30 mil
Eusébio de Aratijo Faria	30 mil
João Borges de Freitas	40 a 50 mil
João Francisco Viana	30 mil
João Roiz de Carvalho	8 a 10 mil
Pedro de Almeida Cardoso	15 mil
Simão da Silva Guimarães	12 a 20 mil
Tomé Barbosa	40 mil

FONTE: KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa. Século XVIII*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2006. p. 345.

65 Nesta média, excluímos da média o Familiar Antônio Rodrigues de Souza, por não haver estimativa de seu cabedal, já que vivia sob patrocínio do pai, e o Familiar Antônio Duarte que, apesar de ter relações sociais e econômicas em Guarapiranga, não residia na freguesia. Além disso, seu cabedal é de valor muito acima dos outros agentes, o que comprometeria a amostragem por destoar enormemente.

66 Fábio Kuhn. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa. Século XVIII*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2006. p. 345.

Como explicitado no quadro IV, o cabedal mais elevado encontrado pelo autor referente aos agentes da capitania do Rio Grande de São Pedro foi no valor de 30 mil cruzados, e o cabedal mais baixo foi em torno de 8 mil cruzados<sup>67</sup>. Como podemos observar no quadro III, o cabedal mais elevado que encontramos dentre os agentes de Guarapiranga, excetuando o caso de Antônio Duarte, é de 20 mil cruzados. Dentre os cabedais mais baixos, há dois agentes com cabedal idêntico ao mais baixo dentre os agentes do Rio Grande de São Pedro (oito mil cruzados) e um agente com cabedal inferior ao valor mais baixo da referida capitania do sul, com cerca de seis mil cruzados.

Para os Familiares de toda a capitania Minas Gerais, Aldair Rodrigues afirma que “a maioria dos Familiares de Minas possuía fortunas que, em média, iam de 2 a 8 contos de réis, [ou seja, de cinco a 20 mil cruzados]. Os que possuíam mais de 10 contos de réis, [equivalente a 25 mil cruzados] não chegavam a compor 1/3 dos agentes”<sup>68</sup>.

Para a capitania do Rio de Janeiro nos setecentos, Daniela Calainho encontrou a seguinte conjuntura financeira para os Familiares da localidade:

**Quadro VI – Cabedal dos Familiares do Santo Ofício do Rio de Janeiro no século XVIII**

Cabedal	Número de Agentes
De 3 a 7 mil cruzados	5
De 10 a 15 mil cruzados	9
De 20 a 60 mil cruzados	5
Sem informação	10
Total	29

FONTE: CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: Edusc Ed., 2006. p. 185.

Por meio da comparação das fortunas entre os agentes, percebemos que Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga tinham cabedal semelhante ao dos agentes que atuavam na capitania de Rio Grande de São Pedro, e tinham cabedal bem inferior aos agentes da Colônia de Sacramento. Enquadravam-se ainda, ao cabedal médio da maioria dos colegas agentes da capitania de Minas, e tinham sua fortuna próxima a 75% dos agentes da capitania do Rio de Janeiro.

Ao compararmos o cabedal dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga quando ainda buscavam se habilitar a outras referências de cabedal, podemos melhor visualizar em qual setor econômico eles se enquadravam na sociedade em que se inseriam. Para os homens ricos da capitania de Minas listados a mando da Coroa portuguesa em 1756, especificamente para os residentes na comarca de Vila Rica - da qual a freguesia de Guarapiranga era parte integrante - Carla Almeida encontrou o monte-mor médio de 3.739,757 libras, equivalente a 33 mil cruzados. O único agente inquisitorial de nossa amostragem a se aproximar deste nível de riqueza no momento em que buscam se habilitar no Santo Ofício é Antônio Duarte, que é, justamente ao lado de Domingos Coelho, nome presente nesta mesma listagem dos homens mais abastados da capitania<sup>69</sup>. Todos os demais candidatos ao cargo de Familiar de Guarapiranga tinham cabedal muito abaixo deste valor, não alcançando sequer a metade do monte-mor médio dos homens ricos.

Ainda para a Comarca de Vila Rica nos triênios de 1750/52/55, 1760/62/65 e 1770/72/75, a mesma autora encontrou para toda a população inventariada da comarca, o monte-mor médio de 1199,482 libras, 887,053 libras, e 793,231 libras, valores equivalentes a 11 mil, oito mil e sete mil cruzados respectivamente<sup>70</sup>. Portanto, o cabedal dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga

67 Idem.

68 Aldair Carlos Rodrigues. *Op. cit.* p. 178.

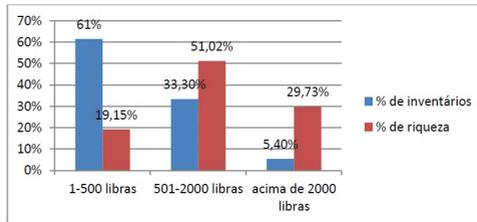
69 Carla Maria Carvalho de Almeida. *Op. cit.* p. 225-229.

70 Idem. p. 66.

no memento em que se habilitavam era razoavelmente superior aos cabedais da população inventariada da Comarca de Vila Rica.

Luiz Henrique de Oliveira ao levantar as características econômicas e a concentração da riqueza em Guarapiranga entre 1750 e 1820 por meio dos inventários da localidade, percebeu a marcante concentração de renda na freguesia e encontrou a seguinte distribuição de fortuna:

**Gráfico 1 - Divisão percentual dos inventários e da riqueza por faixa de fortuna – Guarapiranga 1750 -1820**



Fonte: OLIVEIRA, Luiz Henrique de. *Nas Malhas da Incerteza: Comportamento e estratégias camponesas em Guarapiranga (1750-1820)*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006. p. 109.

conjuntura econômica de Guarapiranga apontada pelo autor, constatamos que nossos agentes não pertenciam nem aos 61% que tinham pequenas fortunas – abaixo de 500 libras - nem aos 5% que tinham os maiores cabedais e concentravam a riqueza da freguesia – mais de 2000 libras. Enquadravam-se sim, à realidade de 33% da população inventariada e que possuía a maior fatia da riqueza local, com o cabedal estimado entre 501 e 2000 libras.

Por fim, podemos concluir pela análise dos dados apresentados que os homens de Guarapiranga candidatos ao título de Familiar do Santo Ofício eram sim homens abastados, tinham, no momento em que buscavam se habilitar, consideráveis cabedais, mas insuficientes para competir com a fortuna dos homens mais ricos da capitania de Minas Gerais, da Comarca de Vila Rica, ou até mesmo da Freguesia de Guarapiranga. Em outras palavras, a realidade econômica do nosso grupo neste momento condiz com a tônica observada por Aldair Rodrigues para os agentes de toda a capitania de Minas: “Não podemos afirmar que eles eram a elite econômica da zona mineradora, embora alguns Familiares fizessem parte dela<sup>71</sup>”. Eram, portanto, no momento em que se habilitavam, homens de fortuna intermediária para a realidade em que viviam; ou, mais adequadamente, homens em ascensão econômica. Alguns acumulavam patentes militares, outros fizeram fortuna no ofício mercantil, na extração aurífera e nos ganhos da terra. Ser bem sucedido financeiramente era um importante passo rumo à ascensão prestigiosa, mas ainda faltava e consideração pública de seu bom nascimento. Residentes numa região sertaneja, de fronteira paulatinamente em expansão, onde a sociedade era formada por gentes das mais variadas linhagens e procedências, os homens distintos eram aqueles que se aproximavam dos valores sociais do Antigo Regime. Todos eles julgavam-se merecedores de tal reconhecimento e tentariam estrategicamente comprova-lo.

Artigo recebido para publicação em 28 de fevereiro de 2013.

<sup>71</sup> Aldair Carlos Rodrigues. *Op. cit.* p. 178.